



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680935 - SP (2021/0223598-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANDRE LEONARDO PRADO COURA
ADVOGADO : ANDRE LEONARDO PRADO COURA - MG130306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO BALTAZAR BERGAMIN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO BALTAZAR BERGAMIN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos do HC 2088565-71.2021.8.26.0000.

O paciente foi condenado, pelos crimes descritos no art. 33 da Lei n. 11.343/06 e art. 12 da Lei n. 10.826/03, às penas de 6 anos, 11 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado e 1 ano de detenção em regime inicial semiaberto, respectivamente.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto o Tribunal *a quo* negou liminarmente pedido de revisão criminal feita nos autos do HC 2088565-71.2021.8.26.0000, sob o argumento da inadequação da via eleita, uma vez que há recurso próprio para o caso em questão.

Alega, em síntese, que a pena imposta encontra-se excessiva e desproporcional ao delito, devendo ser aplicado o redutor de pena previsto no art. 33. § 4º da Lei n. 11.343/06 pelas circunstâncias do caso.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que a pena seja redimensionada, aplicando-lhe o redutor de pena previsto no art. 33. § 4º da Lei n. 11.343/06.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas*

corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente